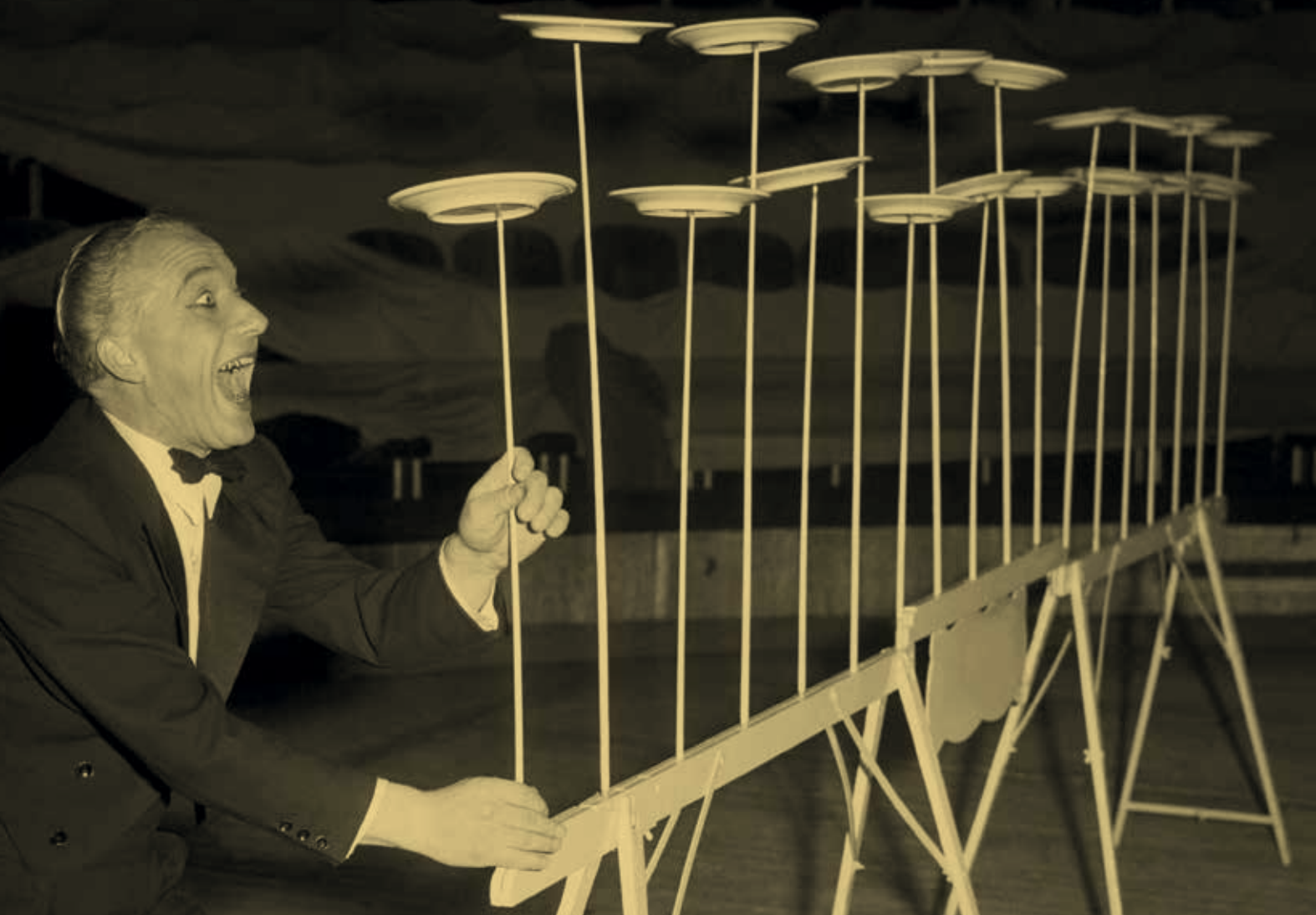


BOAS PRÁTICAS



Malabarismo para ampliar o prestígio

Dezessete revistas perdem temporariamente seu fator de impacto por suspeita de multiplicar citações de forma irregular

Devido a indícios de manipulação em citações de artigos, 17 revistas científicas foram excluídas da edição 2024 do *Journal Citation Report (JCR)*, plataforma da empresa Clarivate Analytics que determina o impacto de 21.848 periódicos de 112 países e é usada como uma referência de prestígio das publicações. A Clarivate informou que os periódicos foram suprimidos devido a “padrões de citação anômalos”, capazes de gerar distorções de desempenho, ampliando artificialmente seus fatores de impacto (FI), uma métrica que computa o número de citações recebidas pelos artigos de cada periódico. Um fator de impacto 50, alcançado por exemplo pela revista *Nature*, significa que em 2023 os artigos publicados pelo periódico no biênio anterior foram mencionados em média 50 vezes nas referências de outros artigos – o que dá uma medida de sua influência na comunidade científica.

As revistas suprimidas poderão retornar à lista no ano que vem e seu conteúdo permanecerá indexado na base de dados Web of Science (WoS), mantida pela Clarivate. Em seis títulos excluídos, o problema detectado foi o abuso em autocitações, que ocorre quando os *papers* de uma revista citam exageradamente trabalhos publicados por ela mesma. Os casos mais expressivos foram os de uma revista da Índia, *Exploratory Animal and Medical Research*, da área de ciências veterinárias, e de um periódico do Azerbaijão, o *Socar Proceedings*, da área de engenharia de petróleo, em que perto de 90% das citações eram autorreferentes.

Já para outras 11 revistas, a causa da punição foi a evidência de formação de supostos conluios de citação, nos quais dois ou mais títulos citam de forma exagerada os artigos uns dos outros, em uma ação que parece combinada para beneficiar todos ou alguns deles. Três revistas italianas da área médica publicadas pela Edizioni Minerva Medica foram penalizadas por essa irregularidade. Segundo os dados da Clarivate, cerca de 30% das citações nas revistas *Panminerva Medica* e *Minerva Medica* eram de artigos da *Gazzetta Medica Italiana Archivio per le Scienze Mediche*.

Em alguns casos, as suspeitas de cartel não se basearam apenas no comportamento anômalo em citações. Duas revistas punidas por formação de cartel, a *Information Sciences*, da editora Elsevier, e a *Granular Computing*, da Springer, têm um mesmo editor-chefe, o polonês Witold Pedrycz, pesquisador do Departamento de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade de Alberta, no Canadá. Segundo a Clarivate, citações em 12 artigos publicados na *Information Sciences* em 2023 chamaram a atenção dos responsáveis pelo *JCR* e levaram à decisão de retirar as revistas da plataforma por um ano.

Alguns editores contestaram a decisão do *JCR* com veemência. O economista Robert Mendelsohn, editor-chefe de uma revista penalizada por formação de cartel, a *Climate Change Economics*, e professor da Escola de Meio Ambiente da Universidade Yale, nos Estados Unidos, justificou a concentração de citações em seu periódico de artigos da revista *Environmental Science & Pollution Research*, da editora Springer, que também perdeu o fator de impacto por um ano. “A Clarivate disse que o padrão era incomum para uma revista de economia e, portanto, suspeito. Tentamos explicar que a nossa revista está focada em mudanças climáticas e era importante vincular os estudos econômicos às ciências naturais. A empresa aparentemente não se importou e nos deu um ano para mudarmos nossos hábitos. Contudo, é importante manter nossos estudos ancorados nas ciências naturais e não iremos mudar nossas políticas de citações”, disse Mendelsohn ao site Retraction

Watch. A Clarivate afirma que a remoção se deve à detecção de distorções que comprometem a precisão do fator de impacto e que não faz juízo sobre a origem delas. “Não presumimos um motivo nem acusamos essas revistas de irregularidades”, respondeu um porta-voz da empresa, por e-mail, também ao Retraction Watch.

Catherine Liu, da editora Elsevier, queixou-se da exclusão da revista *Resources Policy*, da área de mineração e combustíveis fósseis, acusada de trocar citações com dois outros títulos, *Annals of Financial Economics* e *Cuadernos de Economia*. Segundo ela, embora as duas revistas tenham ampliado suas citações, o benefício para a *Resources Policy* foi muito pequeno, em um sinal de que não houve má-fé da parte dela. Liu afirmou que os artigos da *Resources Policy* que citaram as duas publicações estão sendo reavaliados e poderão ser retratados ou corrigidos para remediar as distorções.

O *Ukrainian Journal for Physical Optics*, da editora LLC Publishing, foi removido do *JCR* porque seus artigos foram citados de forma considerada exagerada em *papers* de outra publicação, a revista *Optik*. Rostyslav Vlokh, editor-chefe da revista ucraniana e professor da Universidade da Letônia, disse que seu periódico não tem controle sobre as decisões editoriais da *Optik* e classificou a medida da Clarivate como precipitada. Segundo ele, como as citações envolvem artigos de muitos autores, não é possível confirmar ou desmentir que houve formação de cartel. Já a revista *Activities, Adaptation & Aging* foi penalizada pela prática de autocitação. O editor-chefe da revista, Lim Weng Marc, informou que o periódico se dedica a um nicho específico da gerontologia e que publicou poucos artigos nos últimos anos – 17 em 2021, 18 em 2022 e 28 em 2023. Para ele, a quantidade muito reduzida de *papers* pode ter causado distorções na proporção de artigos autocitados.

Em 2023, apenas quatro periódicos haviam sido punidos com a exclusão temporária do *JCR*, mas não é possível afirmar que o comportamento irregular de periódicos tenha crescido de um ano para o outro. Ocorre que o número de revistas indexadas na plataforma cresceu bastante neste ano – duas novas bases de dados foram incorporadas – e essa mudança prejudica a comparação com 2023. Além disso, no ano passado, a Clarivate encontrou problemas graves em periódicos da base de dados WoS (ver Pesquisa FAPESP nº 327), que levaram a punições ainda mais sérias do que a exclusão temporária do *JCR* – ao menos 50 revistas, depois de serem suspensas da plataforma, foram reavaliadas pela empresa e acabaram sendo desclassificadas da base de dados WoS devido a irregularidades como manipulação da revisão por pares em edições especiais. ■

Fabício Marques

Decreto detalha punições para pesquisadores peruanos que cometerem má conduta

O governo do Peru regulamentou uma lei aprovada pelo Congresso em junho que, além de dispor sobre o funcionamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Sinacti), estabelece sanções para pesquisadores que cometerem má conduta: a depender da gravidade, eles podem ter que pagar multas, amargar períodos de suspensão e, em casos extremos, perder definitivamente o registro para trabalhar em instituições científicas do país. Segundo comunicado do Conselho de Ministros, o decreto de regulamentação é “parte do esforço do governo para promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país”.

A regulamentação considera infrações leves, por exemplo, publicar os mesmos resultados de pesquisa em mais de uma revista acadêmica ou livro, deixar de decla-

rar conflitos de interesse pessoais, institucionais ou financeiros, não prestar contas sobre uso de recursos para pesquisa nos prazos combinados ou cometer abuso de poder ou de autoridade no curso de um projeto científico. A punição prevista, nesses casos, é a suspensão de vínculo com o Sinacti por dois anos, período em que os pesquisadores ficariam privados do acesso a promoções em instituições de pesquisa e a financiamento público de instâncias como o Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Concytec) e do Programa Nacional de Pesquisa Científica e Estudos Avançados (Prociencia).

Já no rol das infrações graves, figuram violações como o plágio, a fabricação de dados, o fornecimento de informações falsas ou a inclusão de nomes de pessoas que não contribuíram para uma pesquisa na lista de autores de artigos e patentes

relacionadas a ela. Nessas situações, a suspensão do pesquisador do Sinacti pode chegar a cinco anos e os culpados ainda terão de pagar multa de 494,4 mil sóis peruanos, o equivalente a R\$ 720 mil. É considerada infração muito grave comprar ou vender a autoria de trabalhos científicos ou desviar recursos públicos de projetos de pesquisa utilizando-os para outros fins. O castigo, nesse caso, poderá ser a expulsão definitiva do Sinacti e o pagamento de multa de 1,65 milhão de sóis (R\$ 2,38 milhões). As suspeitas de má conduta serão apuradas por meio da abertura de procedimentos administrativos pelo Concytec, nos quais os acusados têm direito a ampla defesa. Nos próximos meses, o Congresso peruano vai debater outro projeto de lei que propõe sanções penais – incluindo pena de prisão – para má conduta científica.

Artigo que associava vitamina D a quadros mais leves de Covid sofre retratação

A revista *PLOS ONE* anunciou a retratação de um artigo publicado em setembro de 2020 que recomendava um reforço no consumo de vitamina D para reduzir a gravidade da manifestação da Covid-19. O trabalho afirmava que pessoas infectadas pelo vírus Sars-CoV-2 com bons níveis de vitamina D sofreram quadros menos graves da doença, quando comparadas com as que exibiam níveis insuficientes do composto. O artigo era assinado por Michael F. Holick, da Universidade de Boston, nos Estados Unidos, um defensor do uso da vitamina D, em colaboração com pesquisadores da Universidade de Ciências Médicas de Teerã, no Irã.

Após a publicação, o artigo ganhou repercussão nas redes sociais, mas logo foram apontadas falhas e lacunas no estudo, como o tamanho pequeno da amostra e a falta de informações detalhadas sobre os pacientes avaliados. Um mês após a publicação, a *PLOS ONE* divulgou uma “expressão de preocupação” e avisou que os dados estavam sendo reavaliados devido a alegações de que não havia base estatística para os autores sugerirem uma relação causal entre consumo de vitamina D e o resultado clínico de infecções por Covid-19. Passados quatro anos, o artigo foi cancelado. Segundo os editores da revista, o desenho do estudo, incluindo critérios de inclusão de dados e métodos de análise estatística, não foi considerado suficientemente robusto. Outro problema é que a metodologia utilizada pelos pesquisadores não foi descrita em detalhes. Com isso, foi impossível reproduzir o experimento para averiguar seus resultados.

CONTEÚDO EXTRA

Conhece a nossa newsletter de integridade científica?



Entre no QR Code para assinar nossas newsletters

